MEMÓRIA E CENSURA: FUNCIONAMENTOS DO DISCURSO AUTORITÁRIO EM SANTA CATARINA

Nadia Regia Maffi Neckel
Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Santa Catarina, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3833-2863
Endereço eletrônico: nregia75@gmail.com

Palavras-chave: discurso; memória; autoritarismo; censura; resistência.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o funcionamento de discursos autoritários e de práticas de censura na contemporaneidade, tomando como recorte acontecimentos ocorridos em Santa Catarina entre 2021 e 2025. A pesquisa tem como objetivo discutir de que modo ataques às artes, à educação e às dissidências de gênero e sexualidade se inscrevem em uma memória discursiva marcada por apagamentos, retomadas e deslocamentos de sentido. A justificativa do estudo reside na necessidade de compreender tais episódios não como fatos isolados, mas como efeitos de uma rede ideológica que articula moralismo, conservadorismo e autoritarismo na disputa pelos sentidos no espaço público.

METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa, de natureza teórico-analítica, situada no campo da Análise de Discurso de filiação materialista. Os procedimentos metodológicos incluem revisão bibliográfica e análise discursiva de acontecimentos selecionados, considerando as condições de produção, a historicidade, a memória discursiva e a materialidade significante. Como base teórica, o estudo mobiliza Eni Orlandi, Walter Benjamin, Giorgio Agamben e Judith Butler, além de documentos, registros públicos e notícias sobre os casos analisados.

Mesmo que nosso regime político na atualidade seja de uma democracia, é preciso

compreender que a sombra do fascismo sempre está à espreita e que tais ataques não são uma mera coincidência, pois sabemos que "todo dizer é atravessado por condições de produção que o tornam possível" (Orlandi, 2001, p. 30). É nesse sentido que recorto a historicidade de algumas regularidades.

Em 2021 tivemos o apagamento da produção artística "Povo de Dentro", do artista Douglas Leoni, das paredes da Fundação Cultural de Brusque em setembro de 2021, quando se tem a intervenção do Estado na arte criminalizando os ativismos artísticos que expõem as lutas de classe e denunciam a violência deste estado burguês, temos o fascismo. A posição sujeito na qual se inscreve Leoni (artista, ativista LGBTQIAP+ e, ainda, no campo da arte também um pintor muralista) coloca-o entre os alvos certeiros de sujeitos inscritos na posição neoliberalista, elitista e conservadora deste novo sujeito burguês de nosso cenário contemporâneo nacional. (Falconi, Flores e Neckel, 2023, p. 53)

Em 2022 foi a vez do Cinema. A câmara de vereadores da cidade de Joinville iniciou um processo de perseguição contra a diretora do filme "Gritos do Sul", chegando até mesmo a propor projetos de Lei Ordinária nº163/2023 e nº164/2023, que visavam a alteração do edital de fomento no Sistema Municipal de Desenvolvimento Pela Cultura – SIMDEC. Como apurou Antunes (2026, no prelo) em sua pesquisa de mestrado, tais projetos foram arquivados após as audiências públicas e por solicitação do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC). Ainda assim, pode ser considerado gesto de censura e intervenção nas artes, um funcionamento de regularidade reiterada de um estado de exceção.

O último recorte foi um fato ocorrido em 2024: a proibição da realização do Festival Transforma na cidade de Rio do Sul, mais um projeto que concorreu a edital público de apoio à cultura, foi aprovado e estava cumprindo o cronograma de realização dentro de todas as prerrogativas legais. A proibição pautada no funcionamento do discurso de ódio tão em voga na atualidade, além de atentar para a laicidade do Estado, vem completamente tomada pela homofobia (que, sempre é importante lembrar, é crime).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados evidenciam que os episódios examinados não se configuram como fatos isolados, mas como regularidades discursivas associadas à reatualização de formas históricas de exclusão e violência simbólica. Entre os casos recortados, destacam-se a retirada e a

criminalização de obras artísticas, as perseguições a professoras e pesquisadoras, as tentativas de censura a produções cinematográficas e a proibição de eventos culturais. Esses acontecimentos revelam a circulação de sentidos que associam arte, educação e dissidência a ameaça moral e política, produzindo efeitos de interdição e controle sobre a esfera pública. Em diálogo com a literatura utilizada, observa-se que a memória histórica do totalitarismo reaparece como jogo de forças na disputa por legitimidade, laicidade, políticas de equidade e liberdade de expressão.

A análise permite compreender que tais práticas se sustentam em uma formação discursiva autoritária que atualiza elementos fascistas em novos contextos sociais e institucionais. A mobilização de discursos moralistas e de segurança pública funciona como estratégia de desqualificação da diferença e de restrição da circulação de sentidos considerados dissidentes. Assim, o corpus analisado evidencia que a censura não opera apenas pela supressão direta, mas também pela produção de medo, deslegitimação e silenciamento de sujeitos e práticas culturais.

Ao recortar tais acontecimentos como regularidades contemporâneas de um discurso fascista sempre à espreita, retomamos Régine Robin, em seu livro “Memória Saturada”: trata-se, diz a autora, de um “desfile de espectros, de lembranças pervertidas. Tudo assim distorcido, colonizado, deturpado pela propaganda nazista que se instala em terras abandonadas pelo imaginário social-democrata ou comunista, incapaz de pensar a não contemporaneidade” (Robin, 2016, p. 52). Mais à frente, a autora descreve “uma minoria” que faz muito barulho na internet e “envenena o espaço público”.

Trata-se de um projeto de desacreditar das políticas públicas de equidade e de suas lutas históricas, como a questão das cotas e a garantia do debate de gênero. E, hediondamente inaceitável, fazer das armas de extermínio um troféu ou um bom negócio em nome de um discurso pífio de segurança. Um “Estado Seguro” para quem?

CONCLUSÕES

Conclui-se que os ataques às práticas artísticas e educacionais em Santa Catarina podem ser compreendidos como efeitos de uma formação discursiva autoritária que se reconfigura na contemporaneidade. A pesquisa confirma que os sentidos em disputa são historicamente produzidos e atravessados por relações de poder, o que reforça a relevância de

investigações em Análise de Discurso voltadas às tensões entre memória, apagamento, resistência e autoritarismo. Desse modo, o estudo contribui para a reflexão sobre os modos pelos quais a nova (des)ordem global reinscreve discursos de exclusão e, simultaneamente, suscita formas de resistência simbólica e política.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

ANTUNES, Wictor. **Você (ou)viu o que eu (ou)vi? O discurso político na materialidade cinematográfica**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem Unisul 2026. 114p.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.

FALCONI, Thomas; NECKEL, Nádia; FLORES, Giovanna Benedetto. Processos de interdição e censura: Povos que não podem ser de dentro. **Revista Leitura**, [S. l.], v. 1, n. 77, p. 49–62, 2023. DOI: 10.28998/2317-9945.202377.49-62. Disponível em: https://periodicos.ufal.br/revistaleitura/article/view/14391. Acesso em: 15 jul. 2026.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

ROBIN, Régine. **A memória saturada.** Tradução de Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. 500 p.